

# Verão P2

## Moçambique, 1964 O início da luta armada de libertação

**60 anos da guerra colonial (VII) Ensaio** A militarização da sociedade, que vai caracterizar esta região do continente a partir da década de 1960, retrata uma época marcada pelo grande cisma entre o nacionalismo africano e a persistência de um desejo, por parte de projetos racistas minoritários, da permanência da presença colonial no continente

*Maria Paula Meneses*



“**M**oçambicanas e Moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas: em vosso nome, a FRELIMO proclama hoje

solenemente a insurreição geral armada do Povo Moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.”

Esta proclamação pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) marcou, simbolicamente, o início da luta armada em Moçambique, a 25 de setembro de 1964. Esta luta, que no lado português é conhecida como



## Questionário de Proust Bruno Vieira do Amaral Pág. 46

**O PÚBLICO reúne na série  
60 anos da guerra colonial  
12 historiadores que reflectem  
através das duas perspectivas  
da história: colonizadores  
e colonizados.**

Amanhã: o investigador  
Julião Soares Sousa escreve  
sobre a eclosão da guerra  
na Guiné-Bissau



DAVID HUME KENNERLY/GETTY IMAGES

uma das frentes da guerra colonial, terminou a 7 de setembro de 1974, com a assinatura dos acordos de Lusaca, abrindo caminho para o cumprimento da promessa da independência do país, a 25 junho do ano seguinte. Se este objetivo foi alcançado, já a liquidação total colonial obriga a questionar o sentido do colonialismo e das suas heranças. Este artigo analisa, a partir da luta armada, 3 eixos principais: a penetração do moderno colonialismo e as raízes dos protestos anticoloniais; o

**Monumento numa praça de Nangade, Cabo Delgado. A frase é de uma carta do advogado anticolonialista Carlos Adrião Rodrigues. A foto é de 24 de Julho de 1973**

contexto vivido na região e no continente africano, inserindo esta luta nos desafios emancipatórios globais; e finalmente, dar conta das várias frentes que ‘a luta armada’ integrou, espelho de sonhos de libertação, de muitas lutas que o projeto de descolonização ainda não realizou.

Mueda, junho de 1960 – na origem de um massacre brutal está a tentativa de controlar uma manifestação de camponeses, mulheres e homens desarmados que, no norte de Moçambique,

apelavam a reformas que assegurassem um pagamento justo pelo trabalho e bens produzidos, assim como maior autonomia (uhuru). Como vários académicos têm sublinhado, este ato violento de repressão está na origem da FRELIMO, que por sua vez criou a principal estrutura para a insurreição armada contra o colonialismo português.

A moderna administração colonial portuguesa estabeleceu-se nos territórios que compõem hoje Moçambique a partir da segunda metade do século XIX, operando através de um conjunto de práticas coercivas que transformaram os africanos em súbditos nativos com obrigações, mas poucos ou nenhuns direitos. São disso exemplo as várias campanhas militares, verdadeiros exercícios de ocupação, pela força, do território. Este exercício transformou os africanos, de ‘donos da terra’ em estrangeiros num território agora gerido por normas e estruturas políticas exportadas da metrópole. Em paralelo, convém destacar que a penetração do moderno projeto colonial teria sido impossível sem a colaboração local. Como tem referido João Paulo Borges Coelho, a imagem estereotipada das imensamente superiores forças europeias que derrotam as pequenas, frágeis e desarticuladas resistências africanas, raramente corresponde à realidade. Muito mais próxima está a imagem dos oficiais europeus capazes de fomentar e gerir contradições internas, atraindo forças africanas para a sua órbita, fazendo-as lutar contra outras forças africanas a fim de instalar e preservar a ordem colonial em contextos recentemente ocupados política e militarmente por Portugal. A história da moderna presença colonial portuguesa obriga a um exercício analítico que permita avaliar criticamente o peso da acumulação primitiva de mitos gloriosos de conquista que ainda estruturam a narrativa imperial portuguesa.

De entre as profundas transformações introduzidas pelo poder colonial esteve a reconceptualização do trabalho, um processo que expõe as

contradições que estão na base do moderno Estado colonial. O projeto civilizacional proposto por Portugal, a partir da moderna conceção de cidadania – a oposição entre liberdade e direito ao trabalho – é despedaçada pela violência do regime de trabalho obrigatório. O trabalho obrigatório – o *xibalo* – vai ser a grande alavanca de exploração económica da colónia. No contexto das grandes plantações incluía a obrigação de plantar arroz, sisal e algodão, sendo este último destinado à exportação para a indústria têxtil portuguesa.

Este é o contexto do norte de Moçambique onde, a partir do final da II Guerra Mundial se assiste a um processo de emigração para as colónias vizinhas, sobretudo do Tanganica, Zanzibar e Quênia, como forma de escapar ao *xibalo*. Aqui, apesar de a vida também não ser fácil, as condições de vida e as possibilidades de ascensão económica e social eram melhores. No final da década de 1950, estes emigrantes integravam já diversas organizações nacionalistas, associações e clubes, nos quais homens e mulheres participavam. Em paralelo, vários dos emigrantes que regressavam a Moçambique a partir do Tanganica, almejavam mais autonomia e melhores condições económicas. Mueda simbolizou o fim do projeto colonial português em Moçambique e anunciou a turbulência política e militar que se seguiu. Sinalizou ainda, com veemência, que a resistência africana tinha atingido um novo patamar, convergindo exigências quotidianas com projetos políticos desenvolvidos em várias organizações cujas ligações políticas no continente sugeriam um outro mapa geopolítico. Porém, o regime português não estava sensível a estas transformações, com as notícias a insistirem em atribuir a autoria da revolta em Mueda a agitadores ‘estrangeiros’, uma interpretação que teve eco na versão da PIDE e que negava aos moçambicanos a capacidade para se auto-organizarem na luta pela autodeterminação.

Nos contextos do Sul, é notória a crescente oposição à situação colonial no mundo, posição →

política que se consolida, a partir de 1955, na Conferência de Bandung. Esta realidade, que tem como pano de fundo as pressões políticas e financeiras dos EUA e seus aliados, por um lado, e dos países socialistas (da URSS à China popular) por outro, foi fundamental no descolar dos processos de transição para as independências africanas. O movimento iniciado com Bandung representou a afirmação ousada de uma terceira força nos debates de assuntos mundiais, um espaço alternativo que vai apoiar as lutas nacionalistas que decorriam a Sul.

A década de 1960 ficou conhecida como a década das independências africanas. Uma das exceções aconteceu na África austral, onde o império português mantinha duas colónias (Angola e Moçambique), a que se juntavam a Rodésia e o Sudoeste Africano (protetorado sul-africano), regiões que gravitavam, direta ou indiretamente, em redor da África do Sul. O regime português insistia na impossibilidade da independência das ‘suas’ colónias, concebidas como parte indissolúvel da nação portuguesa. No caso da Rodésia e da África do Sul, sob regimes minoritários brancos, a situação de intolerância em relação à partilha de poder com a maioria negra vai igualmente resultar na opção pela luta armada, pelo direito à autodeterminação e participação política.

A militarização da sociedade, que vai caracterizar esta região do continente a partir da década de 1960, retrata uma época marcada pelo grande cisma entre o nacionalismo africano e a persistência de um desejo, por parte de projetos racistas minoritários, da permanência da presença colonial no continente. Estas lutas, no horizonte amplo das independências africanas, ecoam propostas de emancipação política, económica e epistémica dos povos colonizados. A luta nacionalista não almejava apenas o direito à independência, mas o direito à autodeterminação, o que abarcava a luta por justiça social, pela terra, pela educação, pela saúde, pela emancipação das mulheres, pelo direito à palavra aos jovens. Estas lutas espelham projetos e sonhos, ampliando propostas contingentes de mudança que não reproduziram as condições de subordinação e opressão, abrindo espaço à ‘descolonização da imaginação’ sobre si e sobre os seus projetos.

A luta armada desencadeada em 1964 vai ser um dos momentos marcantes do conflito que vai opor



Monumento aos mortos da guerra pela independência (Nangade)

o regime colonial-fascista português aos nacionalistas moçambicanos. O desencadear da luta aconteceu num contexto conturbado, onde o processo das independências africanas se confrontou com a permanência da violência, como o agudizar da guerra pela independência na Argélia, o massacre de Sharpeville na África do Sul em 1960, o brutal assassinato de Lumumba pelas forças da CIA em 1961, etc. Como reação, assistiu-se a uma consolidação geral da resistência aos projetos imperialistas, a qual contou com uma frente ampla de solidariedade no mundo. O apoio de países africanos como a Tanzânia, Zâmbia, Argélia e Egípto, a ajuda internacional da China, Cuba, da então URSS foi fundamental seja no apoio às ações militares, seja no reforço das frentes de proteção à saúde, educação, etc. Nesta última frente um contributo importante proveio de vários países e movimentos sociais progressistas da Europa ocidental. Se nos primeiros anos de guerra esta se circunscreveu ao

## BIO

Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Moçambicana, é mestre em história pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia) e doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA). Inicia a sua carreira na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) em 1989, e em 2004 transfere-se, como investigadora, para o CES. De entre os temas de investigação a que se dedica destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de outras narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos, temas que encontram eco nas suas múltiplas publicações.

## “

**É legítimo afirmar que, para os países da NATO, apesar da retórica pública anticolonial, uma África do Sul (e os seus vizinhos) branca era fundamental**

**Para Portugal, a aliança militar com a África do Sul e a Rodésia significou o acesso a equipamento militar sofisticado, alargando recursos que faltavam**

norte de Moçambique, em 1969 a guerra havia transposto o rio Zambeze e espalhava-se para sul. É neste contexto que a 14 de novembro, a Assembleia Geral da ONU reconhece a legitimidade da luta armada em África contra Portugal. Com o alastrar da guerra para sul, a administração portuguesa obrigou a população africana a mudar-se para aldeamentos, numa tentativa de “conquistar os seus corpos e as suas almas”, evitando assim que se juntassem ou apoiassem a guerrilha. No início de 1974, com a guerra às portas da Beira, mais de 40% da população africana das regiões em conflito vivia em aldeamentos.

Esta guerra, pela sua natureza, deu densidade política ao projeto de um Moçambique alternativo fomentando a crescente adesão à luta armada, ao mesmo tempo que a frente de luta clandestina se intensifica, seja em contextos urbanos ou rurais. Com o aprofundar do conflito, a repressão aumenta para inúmeros homens e mulheres civis que, como presos

políticos, vão ser alvo da sanha assassina da PIDE.

O avanço das lutas nacionalistas na África austral vai levar à constituição de alianças, separadas abissalmente pelos seus objetivos: de um lado, os movimentos que reivindicam o direito à autodeterminação e, do outro, a insistência na presença colonial-capitalista de regimes brancos na região. O forjar destas alianças revela explicitamente como a Guerra Fria se desenrolava, em vários contextos, através de ações militares violentas. Para as forças progressistas, apoiar a luta nacionalista era uma aposta na constituição de uma frente ampla contra um inimigo comum: o colonialismo e o imperialismo. Já as forças conservadoras vão, a partir da década de 1960, conhecer um incremento na ajuda militar e económica dos EUA e outros países da NATO, de que Portugal, potência colonizadora, era membro. E é legítimo afirmar que, para os países da NATO, apesar da retórica pública anticolonial, uma África do Sul (e os seus vizinhos) branca era fundamental. A África austral foi-se constituindo como vanguarda de defesa dos seus interesses económicos face ao avanço do nacionalismo negro que, localmente, e no contexto da Guerra Fria, era entendido como um dos braços do comunismo. Para Portugal, o ALCORA, a aliança militar com a África do Sul e a Rodésia significou quer o acesso a equipamento militar sofisticado, quer a possibilidade de realizar ações militares conjuntas, alargando os recursos que rareavam às tropas portuguesas, a braços com guerras em três frentes.

As transições para as independências de Moçambique e Angola deixaram claro que a ‘solução branca’ não era possível. O efeito ricochete destas independências vai corresponder a um maior apoio às forças nacionalistas da região, que vão poder contar com estes países para treino e trânsito das suas guerrilhas.

Se, em 1975, a independência em Moçambique parecia simbolizar a possibilidade de pensar politicamente de forma radical, para além dos dois projetos ‘coloniais’, hoje, quando estes sonhos se dissiparam, afigurar-se que a independência não é mais do que a possibilidade de se escolher qual a ‘melhor’ dependência, sinal do muito que há a fazer pela descolonização. E é por isso que o passado de Moçambique, desde 1960, é um futuro presente de lutas.